

---

# The Discourse of Samora Machel

---

Entrevista com Samora Machel [in six parts] / Wilfred Burchett

'Moçambique hoje (I). Entrevista com Samora Machel' 'Diário de Lisboa, 1 de Setembro de 1976, p.3-4; 'Moçambique hoje (II). Samora Machel e a revolução na África Austral' Diário de Lisboa, 2 de Setembro de 1976, p.3-4; 'Moçambique hoje (III). Samora Machel e a revolução na África Austral' Diário de Lisboa, 3 de Setembro de 1976, p.3-4; 'Moçambique hoje (II) [sic, i.e. IV]. Samora Machel e a revolução na África Austral' Diário de Lisboa, 4 de Setembro de 1976, p.3-4; 'Moçambique hoje (V). Escolas para uma nova sociedade' Diário de Lisboa, 6 de Setembro de 1976, p.3-4; 'Moçambique hoje (VI). A revolução verde em Moçambique' Diário de Lisboa, 7 de Setembro de 1976, p.3-4. [veja Amélia Souto and António Sopa, *Samora Machel: bibliografia, 1970-1986* (Maputo: Centro de Estudos Africanos, 1996), item no.668, p.162 and item no.681, p.165]

Souto and Sopa mistakenly record an extract from this interview, published in Tempo in August, as a separate document. The full text was also published in Tempo much later than the Lisbon publication, on 12 September. Covers such topics as the definition of the enemy, the Liberated Zones, and the New Man.

Dr. Colin Darch  
72 Milner Road  
Rondebosch 7700  
Tel.686-3691

MOÇAMBIQUE HOJE (II)

# ENTREVISTA

# COM SAMORA MACHEL

Diário de Lisboa

1/9/76 : 3-4

Por WILFRED BURCHETT

A entrevista que hoje publicamos com o presidente moçambicano, Samora Machel, faz parte de uma de cinco artigos que o «DL» vai publicar sobre aquela jovem nação africana recentemente libertada do jugo colonial português. Tanto a entrevista como os restantes artigos são da autoria do nosso colaborador Wilfred Burchett que esteve recentemente de visita a Moçambique.

Um encontro com Samora Machel, o presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique, de 43 anos, é, sob o ponto de vista político, intelectual e humano, um raro prazer. Cada questão que lhe interessa — e parece não haver nenhuma que lhe não interesse — provoca um brilhante repositório de observações. Não há formalidades — camisa de manga curta, estilo Ho Chi Minh, mesas e cadeiras na relva — e não há perguntas proibidas. Havia muitas a fazer, no intuito de tentar descobrir os segredos do êxito da luta armada da Frelimo para conquistar a independência de Moçambique ao jugo português. As respostas do presidente Machel a alguns dos problemas mais em destaque actualmente foram como que uma resposta antecipada ao importante discurso proferido pelo secretário de Estado Henry Kissinger, a 2 de Agosto sobre a posição dos EUA face à África Austral.

Será que a experiência da luta armada da Frelimo pode ser aplicada a países, tais como o Zimbawe e a Namíbia onde o argumento frequentemente utilizado é que foram «colonizados do interior», visto

Tal como os colonialistas brancos teriam gostado de o fazer — e na realidade ainda o tentaram — aqui.

«A questão não pode ser formulada em termos de para on-

ressa é saber para onde vai o próprio colonialismo. Pôr a questão de para onde vão os colonialistas é levantar um falso problema. O argumento de terem nascido e criado-se, também não tem qualquer peso. Muitos dos colonialistas portugueses nasceram e criaram-se aqui. Muitos nunca saíram do país. E agora todos vão para Portugal. Porquê? Porque não suportam a lei, não suportam a igualdade. Portanto não se põe a questão de quererem ficar devido a qualquer ligação com o país onde nasceram e se criaram e de onde muitos nunca saíram.

«A lógica que ressalta da colocação do problema naqueles termos seria a de que a maioria devia sofrer, visto a minoria não ter para onde ir ... É o estilo de argumento que Israel tem utilizado para justificar a sua política expansionista. Os ingleses estão a ser muito hipócritas em relação a este problema, mostrando muita pena dos 250 000 brancos que não tem para onde ir mas não mostram ter qualquer problema em relação aos milhões de negros que sofrem através da opressão, da tortura e dos massacres. O argumento do não ter para onde ir é mais um indício do racismo e da solidariedade de classe.

«É semelhante à atitude do Governo português ao exigir garantias para os portugueses que aqui vivem (claro está que

que os colonialistas «nasceram e criaram-se» lá, com um interesse muito pessoal e sem uma «pátria» para onde ir, mesmo tal como os portugueses fizeram?

Riu-se ironicamente com isto.

«São diferentes, mas não radicalmente. O Zimbawe é uma

colónia onde os colonialistas tomaram ilegalmente o poder de ir, mas em termos de saber se se trata ou não de uma colónia. E a resposta é afirmativa.

«Nós não podemos pôr a questão do para onde é que eles vão — mas sim se são ou não colonialistas. O que inte-

# Entrevista com Samora Machel

Continuação da pág 3

isto se refere aos portugueses brancos). Será que os portugueses alguma vez garantiram os direitos e a segurança dos negros que aqui viviam? Ou ainda dos negros que vivem em Portugal? Certamente que não.

«De facto a maioria dos rodesianos brancos sentir-se-ia muito mais à vontade num país onde os seus amigos brancos não conhecessem a expressão 'luta pela independência'. Sentir-se-ia muito mais feliz mantendo o mesmo estatuto, a mesma vida luxuosa, fácil e cheia de privilégios, sem ter de enfrentar a igualdade no país onde 'nasceu e se criou'.

«De Moçambique só expulsamos 20 ou 30 portugueses que estavam altamente comprometidos. Todos os outros são livres para ficar e trabalhar. Mas continuam a ir-se embora. Porquê? Só dão explicações vagas: Todos se vão embora, todos os meus amigos! A verdade é que não conseguem aceitar a perda dos privilégios que a cor da sua pele automaticamente lhes conferia.»

Há muitos trabalhadores moçambicanos tanto na África do Sul como no Zimbábue. Será que eles devem ser considerados como parte integrante da classe trabalhadora desses países, capazes de abraçar a feroz luta de classes que se está a desenvolver? Ou existem factores que o tornam uma força à parte no desenvolvimento político desses países?

«A luta dos povos de todos os países é obviamente a nossa luta. A luta dos trabalhadores de todo o mundo, é a nossa luta. Nós vivemos e existimos porque essas lutas existem. Elas são um pré-requisito da vida dos povos.

«A classe trabalhadora estrangeira não está desligada nem é neutra nas grandes lutas de classe que têm lugar num determinado país, só pelo facto

de ser estrangeira, pois é lá que essa mesma classe trabalhadora mantém as suas relações de produção, é lá que ganha o seu salário e é lá que as suas condições de vida são decididas. Mas os trabalhadores moçambicanos não serão o factor decisivo ou determinante na libertação política e social na África do Sul. Esta, tem que ser empreendida pelos próprios trabalhadores sul-africanos.»

**Quais são os ingredientes essenciais para unificar o maior número de forças em países tais como o Zimbábue, a Namíbia e a África do Sul?**

«O problema da unidade é vital e fundamental para qualquer país, especialmente para países colonizados e países 'engajados' na luta armada. Os movimentos de libertação que travam uma luta armada, estão cientes de que o êxito depende da unidade. Mas temos que ser claros sobre o significado do termo unidade.

«A unidade não é só uma mera declaração. A consolidação da unidade é obtida através da luta armada. Para consolidar a unidade, a luta deve ser empreendida. Esta é a nossa experiência. A luta, para consolidar a unidade. A luta, para salvaguardar a unidade. E o que alimenta a unidade, é a luta armada.

«A unidade define-se em cada momento, em cada fase, de acordo com a plataforma que corresponde a fases específicas da luta.

«A unidade — e isto temos que sublinhar — não está comprometida porque um punhado de reacconários, aventureiros e indivíduos ambiciosos se mantém separado do movimento de libertação unificado (a).

«Se analisarmos os problemas por este ângulo, podemos dizer que a questão da unidade na SWAPO (Namíbia) e no ANC (África do Sul) está resolvida. A unidade tem de ter um conteúdo vivo e concreto. Não po-

de ser sujeita a compromissos de princípio. Esta também é a nossa experiência. Não pode haver unidade a qualquer preço. A unidade tem de ser operacional, funcional. E para ser funcional tem de ser autêntica e dinâmica. Quando a base é falsa — não funciona. Pode haver muitos debates, muitos papéis e documentos a serem assinados — mas nada acontece!»

Referindo-se especificamente à questão do Zimbábue, o presidente disse:

«Existe uma série de contradições entre as personalidades políticas do Zimbábue, contradições que se podem classificar como tradicionais no sentido em que se arrastam há quase duas décadas, o que é muito triste. Trata-se de contradições internas surgidas entre elementos da mesma classe, com interesses e ideologias idênticos. Resultam de jogos de ambições e objetivos individuais, tornados irreconciliáveis e insolúveis pela ausência de sentimentos patrióticos profundamente arraigados.

«O processo de luta armada, se orientado eficazmente, pode resolver correctamente este problema da unidade. A este respeito há duas possibilidades:

«As personalidades políticas utilizarão esta via e apoiam a luta armada. Neste caso ultrapassarão as rivalidades pessoais; algumas personalidades mantêm-se afastadas da luta, como o fizeram alguns chefes tradicionais na Argélia. Esses, não terão mais nenhum papel a desempenhar.

«O processo da luta armada formará quadros que vêm das massas e que portanto representam os interesses das massas — nada os pode dividir. Eles compreenderão que não há qualquer grande contradição quando o problema dos interesses das massas e os métodos de crítica e autocritica são aplicados para que a luta armada avance.

**Qual a posição fundamental da Frelimo perante estas lutas de libertação?**

«A Namíbia? Temos que ser muito claros sobre a Namíbia que é acima de tudo uma co-

lónia da África do Sul e abandonarmos qualquer ideia de 'tutagem', etc. É inútil dispersar forças tentando fazer manobras na ONU. As forças devem estar concentradas numa luta anticolonial claramente definida. Qual é a natureza do problema, para onde irão os colonialistas ... Trata-se de manobras desviacionistas visando evitar a solução do problema.

«A Rodésia? É uma colónia britânica onde os colonialistas se revoltaram e tomaram o poder.

«No Zimbabwe decorre também uma luta claramente anticolonialista.

«A África do Sul? Será um país independente? O racismo e a exploração são os problemas principais? Apesar de ter características diferentes é a mesma luta — luta contra a opressão capitalista. O racismo é só uma forma e um instrumento de acção. O **apartheid**, odioso e horrificante como é, não é, contudo, o problema principal. O risco é que enquanto se luta só contra o **apartheid** a atenção é desviada do problema principal que é a opressão capitalista e colonialista. A luta contra o **apartheid** tem de ser encarada como parte da luta geral de classes.

«A nossa posição fundamental é que não podemos ser livres com o colonialismo nas nossas fronteiras. A Namíbia torna-se uma base para ataques diários contra a soberania angolana. A Rodésia é uma base para ataques diários contra a República Popular de Moçambique. Porque é que nos atacam? Porque somos independentes e ganhámos a nossa liberdade ... É do conhecimento geral que nós apoiamos as lutas dos povos para a independência em qualquer parte do mundo, mas em especial a daqueles que lutam contra o colonialismo na África Austral.»

Qual a opinião de Frelimo sobre o auxílio dado por tropas cubanas na fase final da luta nacional ao povo angolano?

«Em primeiro lugar temos uma profunda consciência de que o MPLA foi o primeiro a

lançar a luta armada nas colónias portuguesas de África em 1961. Toda a gente deve ter uma ideia muito precisa quanto a este ponto. Foi Angola que sustentou uma luta armada durante treze anos e que derrotou o colonialismo português.

«Porque é que os cubanos vieram? Porque é aí que devem estar os guerrilheiros revolucionários, onde quer que o povo esteja a lutar contra a opressão.

«O nosso caso é diferente. Se não vejamos: os escravos foram levados da África Ocidental para Cuba e de lá voltaram, como homens livres, para o país da sua origem. Vieram para juntar o fogo da sua revolução ao fogo da revolução angolana. Porém, tal como eles, nós não podemos ficar indiferentes quando o imperialismo ataca outros povos. Nestes casos, nós próprios nos sentimos atacados.

«Em Angola, os cubanos

confirmaram o princípio revolucionário que um militante não tem só uma pátria. A pátria de um militante, o local para um revolucionário estar, é onde haja domínio opressor. Assim, hoje, o militante tem de estar presente onde o imperialismo esteja, onde esteja o racismo, onde esteja o **apartheid**.

«Alguns chamam à contribuição que o povo cubano deu à luta em Angola **intervenção cubana**. Nós definimo-la como participação.»

(a) O presidente Samora Machel referia-se aqui a alguns desentendimentos que ocorreram dentro da SWAPO e que levaram o seu presidente, Sam Nujoma, a fazer uma declaração a 3 de Agosto denunciando uma armadilha sul-africana para destruir o movimento. «Os agentes do regime sul-africano e os imperialistas foram expelidos do nosso movimento», disse Nujoma em Lusaka.

4/

MOÇAMBIQUE HOJE (II)

D.L.

2/9/76:34

# SAMORA MACHEL E A REVOLUÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL

WILFRED BURCHETT

Todas as lutas de libertação nacional devem dar o seu contributo em experiência àqueles que se lhe seguem na linha de combate em locais onde prevaleça o colonialismo, o racismo e a opressão. O fulcro da tempestade anticolonialista transferiu-se definitivamente do sudeste asiático para a África Austral, onde os «escravos» desafiam os «senhores feudais», com uma militância cada vez mais perfeita. Isto faz com que a experiência da luta de libertação nacional em Angola e em Moçambique seja dum importância crucial. Angola e Moçambique têm fronteiras comuns com países onde a guerrilha se intensifica diariamente — Angola, com a Namíbia e Moçambique com o Zimbábue e a África do Sul. Por esta razão, Samora Machel, presidente da FRELIMO e da República Popular de Moçambique não hesitou em subtrair-se a assuntos permanentes de Estado para responder exaustivamente a questões relacionadas com a luta da FRELIMO. A sua análise do conteúdo de expressões tais como «luta Armada», «Guerra do Povo», «Zonas Libertadas», «luta de Libertação Nacional» e «Nova Sociedade» são contributos valiosos para aqueles que empreenderam a luta armada do outro lado das fronteiras de Moçambique e de Angola. In-

cluem definições de uma importância relevante tanto no campo teórico como no prático, não só para a África Austral mas para onde quer que os povos lutem pela sua independência e liberdade nacional. São definições dum validade universal e Samora Machel cometa um acto de solidariedade internacional ao dedicar uma tal atenção às perguntas que lhe foram postas.

«Durante a luta armada da Frelimo, o problema do **porquê e do para quem a luta era empreendida e dirigida foi levantado logo de início. A luta de classe foi empreendida paralelamente à luta de libertação nacional. Isto deve-se a qualquer condição específica de Moçambique ou é também válido para outras lutas semelhantes?»**

«Essa pergunta abre caminho a uma série de outras que dizem respeito à natureza fundamental da nossa luta. Se falamos de luta armada, a que tipo de luta armada nos referimos? A questão também é posta sobre a transformação da sociedade, sobre a mentalidade dos que nela estão envolvidos. O objectivo essencial de toda a luta armada é destruir o inimigo. Quem é o inimigo? Foi no processo da luta que descobrimos o conteúdo real e a definição do inimigo. A luta pela libertação nacional é um

processo total onde a luta armada é um dos aspectos. Mas requer a definição de quem é o inimigo principal.

«Será que isto era evidente desde o início? Não, não era.

O «slogan»: 'destruir o inimigo' podia parecer claro. Destruir o colonialismo português! Mas tivemos que cavar mais fundo sobre o problema de quem era o inimigo. Durante a luta tornou-se evidente que o inimigo principal era a classe exploradora. A luta armada, como um dos aspectos da luta total, facilitava esta definição. Mas se tivéssemos concluído, dum maneira simplista e restrita, que os colonialistas portugueses eram o único inimigo seria isso suficiente? Os colonialistas portugueses já foram derrotados. Se eles fossem o único inimigo porque é que utilizaríamos a palavra de ordem: **'A luta continua'**? E se tivéssemos dito que os inimigos eram os brancos? Os colonialistas portugueses são vistos como brancos! Se tivessem aceiteado isto onde é que hoje estaríamos? Como é que conseguíamos que as pessoas percebessem que a luta tem de continuar? Contra quem?

«Não nositamos em dizer desde o início que definições tais como ... **os brancos são**

**nossos inimigos porque os colonialistas são brancos** eram demasiado simplistas. Afirmar isto seria evitar a análise mais profunda de quem é o inimigo. Seria oportunista não definir correctamente o inimigo. É um problema complexo com muitos aspectos, mas o inimigo principal é a classe exploradora no nosso caso especialmente os colonialistas capitalistas portugueses.

«Nós lutámos pela emancipação dos trabalhadores. Será que isto é só um ponto do nosso programa ou é parte de toda a luta de libertação nacional? A guerra que estava a ser empreendida era a Guerra do Povo e quando nos referimos à expressão Guerra do Povo significamos que o nosso objectivo é fazer com que o Povo tome o poder real nas suas mãos.

«Por exemplo: porque é que um dos primeiros passos percorridos logo após a vitória foi a nacionalização da Educação? Porque a Escola deve ser a base para servir o povo no exercício do poder. A Escola não é um factor isolado: para se tomar o poder tem de se ter os meios para o exercitar. E é nas escolas que modelamos as infra-estruturas da

Continua na pág. 4

2/9/96

# Mocambique hoje

Continuação da pág. 3

Nova Sociedade. É aí que o Novo Homem se forma. Isto tornou-se evidente no processo da luta a par com o nosso controlo do sector de Saúde Pública:

«A luta armada criou o Novo Homem e preparou a marca de classe do novo regime. Esta é a razão porque podemos afirmar que todo o processo se iniciou pela luta armada, evoluindo para a Guerra do Povo. Mais tarde, quando todos os postulados ideológicos da Guerra do Povo foram assumidos, transformou-se numa Guerra Revolucionária. Era uma Revolução.

«De quem e para quem? Para o Povo; isto foi possível devido às condições concretas do colonialismo português, sob o qual não era possível emprendermos uma luta legal. E este último facto foi uma vantagem, visto que a luta política legal propicia o aparecimento do elitismo; a formação duma 'elite política' eleita que substitui os colonialistas como representantes da burguesia. Assim, podemos perceber como toda a luta armada foi um acto altamente político. Foi também por excelência uma luta ideológica. Todos os aspectos foram incluídos nesta luta, mesmo o de uma revolução na cultura, uma revolução nas relações humanas, e uma revolução nas nossas relações com os outros povos. Qualquer actividade durante a luta armada tem o seu conteúdo político específico e isto é o género de coisa que a burguesia tenta evitar.

«Podemos afirmar que a impossibilidade de empreender a luta política legal foi um grande contributo dos colonialistas portugueses para a nossa luta. A nossa luta política tinha de ser e foi uma luta armada. Quando afirmamos que a luta armada foi primordial na nossa luta política, isto está em oposição à ideia que a política é o domínio exclusivo duma classe governante privilegiada nos centros urbanos. Dizer que a luta armada é essencial nessas condições, mas não é suficiente. Nós podemos também iniciar uma luta armada e tomar o poder com uma minoria ávida de satisfazer os seus próprios interesses de classe. Não é automático que a luta armada implique sempre a participação do povo. Há casos concretos na história da nossa própria luta, onde os interesses de uns poucos se opõem aos interesses da maioria (o presidente Machel mencionou várias individualidades que tinham participado nas primei-

ras etapas da luta de independência mas «que tinham ficado pelo caminho» porque representavam interesses regionais ou de privilegiados e se opuseram a uma luta nacional que visava a entrega do poder real ao Povo). Durante a luta de libertação nacional a contradição principal era o colonialismo português. Mas havia outras contradições não-antagónicas que continham numerosos problemas.

«Se se devia empreender uma luta armada? Certamente. Mas que tipo de luta? Uma que estivesse ligada à revolução burguesa? Não. Tivemos que dar um conteúdo concreto à luta armada devido à natureza das nossas Zonas Libertadas.

«O que é uma Zona Libertada? É um laboratório político, um laboratório científico e um laboratório de ideias. Para nós a Zona Libertada não continha apenas a libertação física do território, mas também a libertação duma mentalidade, a libertação dum sistema. No início chamávamos àquelas Zonas, Zonas de Guerrilha. Posteriormente, utilizamos o termo «Zonas Libertadas», porque mentalmente tornamos-nos livres, embora ainda não tivéssemos o nosso próprio sistema de vida. Os nossos hábitos, costumes e estilo de vida ainda eram do tipo antigo. Ainda não tínhamos desenvolvido uma nova consciência que substituisse os velhos hábitos. Mas chegámos à conclusão que a «Zona Libertada» constituía o cume das contradições — o que levou à ruptura com os velhos hábitos impostos pelo inimigo.

«Foi uma ruptura violenta. Nas «Zonas Libertadas» tornamo-nos à prova de água contra as ideias e os hábitos do inimigo. Essa é a razão porque actualmente continuamos a chamar as províncias de Tete, Niassa e Cabo Delgado «Zonas Libertadas» (são as províncias onde começou a luta armada e onde as primeiras bases revolucionárias foram estabelecidas), embora hoje tenhamos antes de falgr sob um ponto de vista global pois temos o poder nas mãos em todo o país. Este é também o motivo por que dizemos ainda que as «Zonas Libertadas» têm de invadir as cidades.»

Na continuação da entrevista, Samora Machel respondeu à questão de se o tipo de regime que durante a luta tinha sido posto em vigor nas Zonas Libertadas seria ainda um padrão válido para a construção da Nova Sociedade, prometida após a vitória sobre o colonialismo português.

## MOÇAMBIQUE HOJE (III)

# SAMORA MACHEL E A REVOLUÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL

WILFRED BURCHETT

Na sua resposta à primeira pergunta sobre a experiência da Frelimo na condução em simultâneo da luta de classe e da luta de libertação nacional (no artigo anterior), o presidente Samora Machel descreveu as «zonas libertadas» como um laboratório de ideias isolado dos velhos hábitos e do padrão de vida imposto pelos colonialistas portugueses. Na segunda pergunta, quisemos saber até que ponto se poderia generalizar a experiência de vida e de trabalho nas circunstâncias muito especiais nas «zonas libertadas».

«Nas 'zonas libertadas' introduzimos medidas concretas para abolir a exploração do homem pelo homem. Essa a razão porque anteriormente falámos da necessidade de definir correctamente quem era o inimigo. É um problema de exploração, o problema de uma classe exploradora. Durante a luta armada desenvolvemos a capacidade de correctamente definir o inimigo. É aqui que encontramos a explicação para as primeiras medidas que tomámos quando alcançámos o poder de Estado — a nacionalização da Medicina, da Educação, da Justiça e da propriedade. Isto correspondia à nossa luta contra a exploração tal como a tínhamos praticado nas «zonas libertadas». Ai, estas formas de exploração tinham sido abolidas. Era necessário que tivéssemos padrões definidos sobre esses problemas. Tínhamos de ter uma Medicina ao serviço do povo, a Educação ao serviço do povo. Nada disto se poderia adquirir sem luta. Houve aqueles que

tentaram defender posições privilegiadas nesses campos. Compreendemos isto como uma sequele natural numa sociedade onde aqueles que defendiam estas posições tinham sido criados. É também a razão porque decidimos que a criminalidade é um problema social e não legal. E, assim, associamos o povo com a investigação, o julgamento e o castigo dos crimes e dos foradalei. Alguns perguntam-nos qual o motivo da nossa pressa em nacionalizar todos aqueles sectores logo após a independência. Mas já tínhamos experiência disto como parte de todo o nosso processo nas «zonas libertadas». E saiu certo. É a isto que nos referimos quando falávamos dos campos invadirem as cidades.

«Abolimos a prostituição e fechámos os recintos nocturnos, o que já tínhamos feito nas «zonas libertadas». Demos prioridade à organização da vida do povo, não pela via de uma noção abstracta de organização, mas através de práticas provadas nas «zonas libertadas».

«Poder-se-á generalizar? O que é importante é aceitar e estar «engajado» no processo de luta política e ideológica no âmbito de uma frente, definindo o grau mais elevado da unidade e lutando por esta unidade em cada fase da luta. Tivemos lutas internas graves nos anos de 1968, 1969 e 1970. Alguns diziam: — Vocês estão muito divididos. Porque é que há tantas divisões na Frente? Têm de encontrar meios de reconciliar as diferenças entre os vários membros da Frente!

«Mas não é possível alcançar a tal unidade sem se definir em cada uma das etapas qual a unidade possível. Em cada nova fase da luta, o conteúdo e a base da unidade deve ser redefinido. Quando assim se procede, a minoria transforma-se no inimigo — e tem de ser excluída da comunidade. O que está em jogo não é apenas a acção contra essa minoria, mas o exercício de uma ditadura popular sobre essa minoria hostil. Não há sistema sem ditadura. O problema é saber quem a exerce e para quem.

«A ditadura é sempre o instrumento da classe no poder. Quem é a classe governante no nosso país, hoje? É o povo. A polícia do povo está presente para reprimir os reaccionistas, os sabotadores, os racistas, os boateiros, os divisionistas e os outros que procuram minar e destruir a nossa revolução. E o problema mantém-se: quem exerce a ditadura? Quem ganhou? Quem lutou? Quem é que se revoltou contra os colonialistas portugueses e ousou desafiar-los para a luta? Quem ganhou essa guerra? Quem defendeu o novo sistema? O povo. O que agora temos é a forma mais correcta de democracia e é isto que faz com que os nossos inimigos tenham medo. Querem desmobilizar-nos. Recusam-se a falar de nós como do Governo de Moçambique (referem-se-nos apenas como o «Governo da Frelimo»). Fazem-no com intenções perjurativas. Mas na realidade ajudam-nos quando assim procedem. O povo sabe o que signifi-

ca a Frelimo, sabe que a Frelimo organizou a luta de libertação nacional e o guiou à vitória, uma vitória para todos. Os inimigos querem também denegrir o socialismo. Mas o povo vê e sente que este é na verdade o sistema com o conteúdo humano mais forte. Rejeita o racismo. Visto ser uma barreira à unidade. É o sistema que mostra um verdadeiro respeito pelo povo, e este vê a Frelimo empreender uma luta constante contra a discriminação de todos os tipos, contra a exploração. E diz: — Se isto é o socialismo, é fantástico! E assim se vai apercebendo que é ele quem orienta o seu próprio destino.

«Perguntou-me se as nossas experiências podem ser um modelo para outras revoluções? Respondo: podemos ser uma fonte de inspiração para outras revoluções, como aliás nós nos inspirámos — e continuamos a fazê-lo — na luta de outros, mas não existe um padrão para todos os povos. Somos todos modelos uns dos outros.»

«Até que ponto é que a experiência da luta pela sobrevivência e pela continuação das «zonas libertadas» influenciou orientações concretas pós-guerra na construção da nova sociedade?»

«Em todos os problemas fundamentais das nossas actividades presentes, procuramos inspiração nas experiências da nossa própria luta: na generalidade, em todas as linhas de orientação política; concretamente, em cada faceta das

5

D.L. 4/9/76: 3-4

MOÇAMBIQUE HOJE (III) i.e. (IV)

# SAMORA MACHELE E A REVOLUÇÃO NA ÁFRICA AUSTRAL

WILFRED BURCHETT

Nas anteriores entrevistas, o presidente Samora Machel clarificou uma série de pontos-chaves sobre as características próprias da luta de libertação nacional em Moçambique. A luta pela independência tinha um carácter específico de classe e o seu objectivo não era o de substituir uma classe branca exploradora portuguesa por uma classe negra exploradora moçambicana. A unidade numa tal luta de libertação nacional era essencial para se obter êxito, mas não a unidade a «qualquer preço».

O presidente sublinhou que a questão da unidade era um factor válido também nas lutas que se travavam nos países vi-

zinhos: Zimbabue, África do Sul e Namíbia. A unidade tinha de possuir um conteúdo específico e devia ser redefinida nas diversas fases da luta. As bases dos guerrilheiros, a partir de onde a luta de libertação nacional era empreendida, não eram só «zonas libertadas» porque fisicamente estavam livres da presença inimiga mas porque representavam uma «mentalidade livre», livre dos velhos mitos, dos velhos hábitos e das velhas organizações sociais e económicas. Eram laboratórios para a formação do «novo homem» e da «nova sociedade».

Como é que podemos definir este «novo homem» e a «nova

sociedade» que a Frelimo está a criar?

O presidente Samora Machel respondeu:

«Nós cremos que a luta para transformar a sociedade deve ser acompanhada pela luta para transformar o Homem. Mas a transformação do Homem depende dele próprio. Na 'machamba' — campos de cultivo — o homem trabalha para produzir alimentos, num processo em que ele próprio se vai também transformando. Não é um processo automático.

«O ter nascido num certo tipo de sociedade não basta, mesmo que tenha sido nas 'zo-

nas libertadas', por exemplo. Na luta pela nova sociedade, o 'novo homem' está condicionado pela luta por essa sociedade e pelo papel que ele desempenha nessa luta. Muitos pensaram que o 'novo homem' iria automaticamente emergir das 'zonas libertadas' e aparecer subitamente nas cidades! Mas nós frisávamos aos nossos estudantes nas escolas das 'zonas libertadas' que o facto de terem nascido nas 'zonas libertadas' e de nunca terem visto um colonialista não os tornava no 'novo homem'. Até talvez se verificasse o con-

Continua na pág. 4



# Samora Machel e a África Austral

D.L 4/9/76

Continuação da pág. 3

trário, porque nunca viveram o processo da rejeição, nunca, foram imunizados contra a velha sociedade.

«Nos velhos dias, os colonialistas sentavam-se nos clubes ou nas piscinas bebendo 'whisky'. Esse era o padrão do 'homem colonialista'. Muitos gostariam de assim continuar e de serem simplesmente os novos usufrutuários desse padrão de vida. O 'novo homem' só se molda continuando ligado à luta e aos objectivos revolucionários da luta. Essa é a razão porque nós insistimos que nas escolas a educação deve estar ligada ao trabalho manual, e ao conceito de servir o povo de uma forma desinteressada. Assim, a transformação continua sempre ligada à luta social e ao processo revolucionário. O 'novo homem' está continuamente a ser moldado e temperado na luta e só assim permanece fiel às suas origens de classe — dá valor à sua origem de classe, a classe oprimida, ou identifica-se com ela. Esforça-se para adquirir conhecimentos científicos para servir os trabalhadores e não para valorização pessoal. Faz com que

a luta dos trabalhadores seja a sua luta. Os estudos já não são um objectivo de valorização pessoal. Os estudantes já não pregam os diplomas ao seu peito para poderem dizer: 'Eu valho isto...' Os que têm a oportunidade de estudar devem ser como os fósforos para acenderem fogueiras à beira das quais o povo se pode aquecer. Os estudos não devem servir para os estudantes se divorciarem da sua origem de classe. O objectivo deve ser bastante diferente dos antigos conceitos e ideias.

«Ser capaz de autocriticar-se e de fazer análises verdadeiramente objectivas — é este o tipo do 'novo homem'. E ela deve poder organizar a nova sociedade e promover o seu crescimento e o seu desenvolvimento pelo método de crítica e autocritica. Este é o 'novo homem', nascido da luta e criado em todas as fases do desenvolvimento e a todos os níveis. Um homem que é dinâmico e criativo.

«Dizemos que o 'novo homem' despontou da luta. Essa é a razão porque com uma mentalidade nova ele se pode tornar num agente da transformação, num activista das relações sociais de um novo tipo

que caracterizam a nova sociedade ao nível da produção, da Educação, da Cultura, das estruturas de chefia e das relações com as bases — isto são as estruturas do socialismo. A criação de um tal perfil e de tais capacidades requer lutas internas que têm de ser sistemáticas e organizadas e não esporádicas, espontâneas ou emocionais. Conscientemente planeadas, científicas e sistematizadas... Mas esta já não pode ser uma luta individual. A vitória individual não existe. Há apenas uma vitória — a colectiva.

«Quando falamos de luta interna, significamos que o 'novo homem' tem de rejeitar o racismo, o tribalismo, o regionalismo, o individualismo, o liberalismo, o egoísmo e o elitismo — em resumo, ele tem de rejeitar as várias manifestações do subjectivismo porque está empenhado numa luta colectiva, que tem de ser travada a nível da sociedade e da natureza — assim como também a nível individual. Não basta modificarmos um aspecto da sociedade se não modificarmos o perfil de todo o povo.

«Temos de moldar a superestrutura. É o que estamos a fazer de momento. Isto significa criar um novo sistema ao nível das superestruturas de forma a consolidá-las evitando o espontaneísmo (referimo-nos ao desenvolvimento não planeado baseado em conceitos individuais), o que tem de ser feito por meio de uma transformação concreta da sociedade».

As nacionalizações foram antecipadas devido ao êxito dos colonialistas portugueses, que conduziram ao abandono das empresas e das plantações, que os levou a abandonar toda a sua propriedade, se seriam adoptadas de qualquer maneira nesse altura?

«A saída dos colonialistas portugueses nada teve que ver

com as nacionalizações. Foi uma questão da extensão do poder e da organização da Frelimo a todo o país. Os decretos das nacionalizações foram os meios de estabelecer o poder popular e de dar o devido valor aos lucros da revolução. Alguns são de opinião que foi demasiado cedo. Não é verdade. Era parte integrante do nosso programa geral.

«A Educação, a Saúde pública e a propriedade eram instrumentos chave da burguesia, que tinham que lhes ser retirados. Eram os instrumentos através dos quais a burguesia tentava reter o poder de forma a organizar e a consolidar as suas posições. Não podíamos criar a nova sociedade sobre as mesmas estruturas que a antiga, onde havia discriminação e exploração a todos os níveis. Tínhamos de varrer tudo, arrasar os esforços da nova burguesia ainda em botão. Um jacaré é muito forte quando é adulto e se encontra no meio do rio, no seu 'habitat', onde o Homem é fraco. O melhor é matá-lo na margem quando ainda é novo e ainda vive num sítio onde o Homem é o mais forte!

«O povo ainda tinha o colonialismo como o principal inimigo. Era, portanto, necessário actuar. O povo continua a viver num clima revolucionário e temos de manter esta dinâmica para se conseguir a transformação da sociedade. O problema fundamental é que somos incapazes de gerir o capitalismo. Mesmo se o tentássemos, falharíamos.»

Estas definições são as linhas-mestras sobre as quais a 'nova sociedade' está a ser construída na República Popular de Moçambique, sobre os detritos deixados por quase 500 anos de presença portuguesa que levou à destruição das estruturas organizacionais existentes e que exigiu a emergência daqueles que se iriam desenvolver através da evolução normal da sociedade. Para observar a aplicação dos novos conceitos, aconselharam-me a visitar algumas das «escolas-piloto» nas «zonas libertadas» — o ponto de partida para tudo o que é novo e progressivo hoje em Moçambique. E, depois disso visitaria algumas das novas aldeias comunitárias que são o fulcro de tudo que está relacionado com a nova sociedade.

MOÇAMBIQUE HOJE (V)

# ESCOLAS PARA UMA NOVA SOCIEDADE

WILFRED BURCHETT

É difícil de imaginar qualquer tratado capaz de contrastar com uma visita no mesmo dia e apenas na província moçambicana de Tete, onde culmina simultaneamente o «trunfo» de tudo quanto o velho sistema construiu e o modesto início de edificação do Novo Homem para a Nova Sociedade. No primeiro caso está a gigantesca barragem de Cabora Bassa que emparceira, com a sua congénere americana de Grand Coulee, no quarto lugar entre as maiores estações hidroeléctricas do mundo. Tudo numa escala grandiosa com ultra-sofisticadas técnicas comandando as transmissões de modo a assegurar que nem um só quilowatt de energia eléctrica seja desviado para satisfazer as necessidades de Moçambique. Tudo seguirá para a África do Sul nos próximos 15-20-25 anos a fim de saldar os débitos de Portugal, contraídos face ao financiamento sul-africano da construção. A estrada que vem de Tete, capital da província com o mesmo nome, é uma via rápida asfaltada, atravessada em diversos pontos pelas brilhantes e intocáveis linhas monopolares de

transmissão que transportam energia através de 1.400 quilómetros até à África do Sul. O bar mais bem fornecido de Moçambique situa-se próximo da barragem e destina-se aos técnicos estrangeiros.

Deixando a via rápida entra-se numa estrada suja de profundos sulcos e pejada de lamaçais, escavacada e entrecruzada por riachos repletos de troncos e galhos para evitar que mesmo um Land Rover se enterre na lama até às portas, que conduz — depois, de três horas, exaustivas, em que os cabelos ficam de pé e os ossos se sentem a abanar — a um conjunto modesto de construções feitas de terra lami-centa e como que constituem a escola piloto de Jeque. O terreno baixo e coberto de matagal, com o capim muito alto cobrindo grandes extensões, era obviamente ideal para a guerra de guerrilha. O estado da estrada mostra que era uma passagem negada aos portugueses há muito anos — embora a aldeia de Jeque só esteja a 70 km da fronteira com a Rodésia. Os edifícios da escola eram bem espaçados e estavam construídos no meio

de altas árvores, as salas de aulas voltadas para o centro, enquanto que as dependências para habitação situavam-se em volta do perímetro. Tudo estava bem varrido e limpo, as crianças brincavam por ali — chrgámos num sábado ao entardecer já bastante tarde — brilhando de saúde e de limpeza.

**Quais são as diferenças entre uma escola piloto e as outras escolas?**, foi a primeira pergunta que fiz ao comandante Gonçalves Koliata Chahona, um homem alto e magro vestido com um camuflado tipo pele de leopardo e que era o director da escola.

«Aqui tudo é feito colectivamente, desde o construir as salas de aulas e dependências de habitação até ao estudar e ao trabalho nos campos», respondeu-me. «Os problemas também são resolvidos colectivamente. Se há problemas entre crianças numa aula, elas tentam resolvê-los o melhor que podem através do debate ao seu nível. Se não forem resolvidos entre as crianças — então tenta-se entre elas e os professores e só como último recurso é que são levados à adminis-

tração. Mas a qualquer nível, tudo é feito através do debate. Assim, desde o início eles têm uma participação na direcção dos seus assuntos, na resolução dos seus problemas».

**Qual é o objectivo fundamental, que tipo de produto final é que quer que apareça?**

«Primeiro tem que compreender que a escola foi aqui estabelecida em 1972: Os estudos e a luta armada seguiam simultaneamente. Tínhamos que educar e lutar não só contra o colonialismo, mas contra a ignorância, o obscurantismo e o tribalismo. O objectivo é de dar aos alunos não só os rendimentos da educação, mas também o método de utilizarem a sua sabedoria para servirem o povo. Eles estudam conscientemente, não para fazer vencer os seus próprios interesses, o que no passado era a meta de qualquer um suficientemente privilegiado para conseguir estudar, mas para melhor servirem a maioria do povo. Já estão habituados a trabalhar em moldes colectivos para a futura sociedade socialista, com qualidades altamente morais, com bons níveis de educação e ab-

Continua na pág. 4

# Escolas em Moçambique <sup>6/9/76</sup>

Continuação da pág. 8

solamente devotados ao país e ao povo. O facto dos estudantes virem de todo o país e de viverem e estudarem colectivamente é uma grande ajuda para nos desenvencilharmos das ideias tribalistas e racistas.»

Na escola existiam 390 alunos e 12 professores. As disciplinas ensinadas incluíam língua portuguesa — o idioma nacional único tanto em Angola como em Moçambique — Matemática, História, Geografia, Política, Desenho e Cultura Física. Ainda não existiam livros — a República Popular tinha acabado de fazer um ano — mas, o ensino estava de acordo com um programa nacional aprovado pelo Ministério da Educação. Por conversas com alguns dos alunos, pareceu-me que a ideia de servir o povo já tinha começado a deitar raízes. Por exemplo, Maçude Ali, de 18 anos, e acabado de completar a 2.ª classe, estava na luta armada desde os 13 anos. **E antes disso?, perguntei. Transportava armas para ajudar a resistência.** Perguntei-lhe quais eram os seus projectos para depois de completar os estudos. **Qualquer coisa que sirva o povo,** respondeu-me de imediato. Perguntei-lhe qual a disciplina que ele preferia ao que me respondeu: **Política.** Quando eu quis saber o porquê da resposta, disse-me: **Porque é a disciplina que melhor expressa a unidade do povo e a unidade do povo é agora o mais importante.** Perguntei-lhe o que escolheria se lhe dissessem para ele escolher o seu trabalho. **Gostaria de ser um comissário político no Exército,** respondeu-me para delícia óbvia do comandante Chahona. Maçude Ali veio da província do Niassa, que juntamente com Cabo Delgado — onde a resistência armada teve início em Setembro de 1964 — e as províncias de Zambézia e Tete formava a parte principal das Velhas Zonas Libertadas.

Ofélia Jorge, uma rapariga de 15 anos, de Cabo Delgado, tinha também transportado armas durante a resistência: **Como?, perguntei. Como os outros.** **Dentro de um cesto que levava à cabeça.** Perguntei-lhe qual a disciplina que mais gostava e a razão ao que me respondeu: **Geografia — porque aprendo sobre o meu país e o resto do Mundo.** Perguntei-lhe depois o que é que queria fazer no futuro: **Ser enfermeira e servir assim o povo.**

© que era impressionante, é que os estudantes — só com dois ou três anos de escolaridade

— a escola incluía só a 3.ª classe — estavam completamente à vontade, autoconfiantes e expramiavam-se sem qualquer embaraço pelos professores ou pelo director.

Se se fizerem julgamentos com base nos pavilhões bastante primitivos, pelas roupas muito passajadas, pelos professores com uma educação apenas básica, alguns visitantes talvez se riem com a ideia que isto possivelmente representa o futuro do país. Mas, escolas como esta, e visitei outras na província do Niassa dentro das florestas, são à prova real da **Nova Sociedade.** Daqui os alunos vão para as escolas secundárias da Frelimo e daí emergem como quadros altamente motivados a todos os níveis da administração. O director, comandante Chahona, estava obviamente confiante que o futuro estaria assegurado nas mãos de Maçude Ali, Ofélia Jorge e dos outros.

A importância destas escolas — distintas das vulgares escolas primárias que funcionam já em todas as zonas libertadas desde o começo dos anos 70 — pode ser julgada pelo facto que quando a Frelimo se formou em 1962, havia menos de 5.000 alunos — negros e mistos — nas escolas primárias de todo o Moçambique, enquanto no começo dos anos 70 havia acima de 20.000 nas escolas das zonas libertadas. Em 1962, havia menos de 10 estudantes moçambicanos nas universidades portuguesas e o total de moçambicanos negros formados como professores ou qualquer outro curso superior era inferior a 10 durante todo o período do colonialismo português. Para atingirem esse grau de educação os estudantes eram forçados anteriormente a rejeitar o seu africanismo e a tornarem-se «assimilados» ou jurarem servir o colonialismo português.

Dentro de poucos anos, centenas e depois milhares de jovens quadros estarão «muniçados» como o presidente Samora Machel expressou contra os valores e as ideias de antiga sociedade, contra o colonialismo português e contra o feudalismo tribal, e estarão aptos a ser os motores da **Nova Sociedade**, condicionados à ideia que servir o povo é o motivo mais elevado da vida. Os alunos das escolas piloto são denominados «continuides» o que implica que eles são os continuadores da Revolução que os seus pais e irmãos mais velhos empreenderam. Parece ser uma palavra e um papel pelos quais eles se orgulham de ser responsabilizados.

D.L. 7/4/76: 3-4

MOÇAMBIQUE HOJE (VI)

# A REVOLUÇÃO VERDE EM MOÇAMBIQUE

Por WILFRED BURCHETT

A medida mais audaciosa tomada pela direcção da FRELIMO em Moçambique, é a de tentar reestruturar totalmente o campo, reagrupando o campesinato em aldeias comunais. Para os camponeses isto representa uma ruptura total, tanto com o antigo estilo de vida como com os velhos métodos de produção. Como qualquer outra das novas medidas adoptadas, esta apenas pode ser parcialmente considerada como nova, uma vez que é também consequência das experiências realizadas nas Zonas Libertadas. O presidente Samora Machel descreve estas zonas como «um laboratório político, científico e de ideias, onde ocorre não apenas a libertação física do território, mas ainda a libertação de um certo tipo de mentalidade e de sistema...»

O êxito desta iniciativa que bruscamente modifica a vida de mais de 90 por cento da população, é um teste severo de confiança — quase um milagre — depositada na chefia da Frelimo. Mas, os encarregados dos pontos-chave, que eu visitei, já tinham anteriormente conseguido milagres ainda maiores de persuasão entre o campesinato, há uma década, ao empreenderem a luta de libertação.

Na província do Niassa (que embora seja a província maior

do país é a menos populosa), uma das primeiras áreas onde se iniciou a guerrilha, chefiando este programa, em Mataca, está o Comandante Laitone Dias, de 37 anos, um veterano de constituição física poderosa e de poucas palavras, mas de uma grande energia. Quando veio para a área em 1965, a sua tarefa consistiu, segundo as suas palavras, na «mobilização política do povo» para a luta armada. O que é que isso significa?, perguntamos.

«Primeiro tivemos que convencer as pessoas da nossa vontade séria de iniciar a luta armada. Muitos não acreditaram em nós. Depois, não só da nossa firme e séria vontade de lutar, mas também que iríamos ganhar. Muitos mais não acreditaram nisso. Levou-me muito tempo — mais do que um ano. Aqueles que se tinham convencido que iam para a luta — e que ganharíamos — tinham então que ser persuadidos a abandonar as suas aldeias e a retirar-se para a floresta, longe das estradas e dos centros administrativos. Alguns estavam convencidos que a luta armada ia ser empreendida, mas não que a iam ganhar — esses fugiram para a Tanzânia, Malawi, Zâmbia e Rodésia. Outros vieram para a floresta. A luta armada teve início quando emboscámos as patrulhas portu-

guesas que estavam a tentar perceber porque os habitantes das aldeias tinham subitamente desaparecido».

Nas florestas, aqueles que eram mais corajosos tiveram que modificar os próprios métodos de trabalho em favor da produção colectiva. Portanto, agora, trata-se de tentar persuadi-los a saírem das florestas e a construir uma nova aldeia comunal. É obviamente uma brincadeira de crianças comparado com a original «mobilização política». Em Mataca, dúzias de famílias voltaram do exílio e deitaram-se ao trabalho de construir uma nova aldeia e uma nova vida, demonstrado um entusiasmo considerável.

A primeira definição que ouvi do que é uma aldeia comunal foi durante uma paragem numa estrada remota da província da Zambézia, onde um grupo de pessoas estavam a construir umas casas o que, na fase em que as vi, significava que atavam vigas umas às outras com fios de casca de árvore formando esqueletos que mais tarde seriam cobertos com terra lamacenta. Na maioria eram pessoas de meia-idade, de caras enrugadas e deformadas, como se tivessem

sido esculpidas no carvão: descalços, em tronco nu, as calças esfiapadas...

«O que é que vocês estão a fazer?» — perguntei quando se nos juntaram todos.

«Estamos a construir qualquer coisa de bom para o povo».

«Mas o quê, exactamente?»  
«Uma aldeia comunal.»  
«O que é isso?»  
«É uma aldeia onde vivemos todos juntos, temos o nosso hospital, uma escola, um balneário, uma maternidade, um pequeno orfanato, uma loja do povo, uma torre de água e uma grande sala para as reuniões públicas», respondeu-me um velho engelhado que ia enumerando pelos dedos os vários projectos.

Ouve uma gargalhada geral quando perguntei se antes não tinham tido nenhuma destas coisas:

«Para qualquer destas coisas tínhamos que andar 15 km a pé até Namacurra (o centro de distrito mais próximo). Se transportávamos alguém seriamente doente esperávamos horas no hospital até todos os brancos terem sido tratados mesmo se eles só tivessem os

Continua na pág. 4

Continuação da pág. 3

*dedos magoados».*

O grupo de cinquenta pessoas actuava nessa semana como «brigada de construção», as outras brigadas estavam na colheita do arroz. Este ano ainda fizeram «machambas» individuais; só no próximo ano terão campos cooperativos. Mas mesmo assim os trabalhos das colheitas estavam já a ser realizados colectivamente.

Foi só há três meses que o Comité Central da Frelimo publicou um decreto impulsionando a formação das aldeias comunais. A ideia parece ter começado rapidamente a deitar raízes nas antigas Zonas Libertadas, como o fui confirmar quando visitei as províncias de Tete, Niassa e Zambézia que juntamente com a província de Cabo Delgado foram as áreas pioneiras da resistência. A situação agrícola anterior à independência foi-me resumida pelo Ministro da Agricultura, Joaquim de Carvalho, outro dos chefes veteranos da resistência:

*«Quando os portugueses vieram só se instalaram em terras que consideraram férteis. Nessa época — Século XV — Portugal não se encontrava ainda completamente desenvolvido para poder colonizar grandes territórios como Angola e Moçambique. Mais tarde fizeram concessões enormes às companhias majestáticas que tinham o direito de explorar não só a terra mas as pessoas que nela habitavam, tornando-as assim em propriedade tributária da companhia. Em tempos mais recentes Salazar pretendeu colonizar pela inter-*

*venção directa do Estado, começando por reduzir o tamanho das terras arrendadas pelas companhias e enviando colonos. Quando estes chegavam, podiam procurar e escolher quais as terras que queriam e pura e simplesmente expulsar os «nativos». Esta era a situação quando nós aparecemos em cena e iniciamos a luta armada.*

*«De cinco milhões de hectares de terra cultivável, 50 por cento estava nas mãos dos colonialistas, dando uma média de 20 hectares a cada — e como se sabe estes eram de longe os melhores 50 por cento. 9,2 por cento da população possuía 49,9 por cento da terra e 76,2 por cento da população possuía 23,7 por cento da terra com possessões inferiores a 2 hectares cada, os outros 23,6 por cento com possessões entre 2-20 hectares tinham 26,4 por cento da terra.*

*«Os camponeses moçambicanos foram desviados para as regiões estérteis e os portugueses nada fizeram para os ajudar a desenvolver novas técnicas. Deixaram-nos como os tinham encontrado 500 anos antes, privados da evolução normal das técnicas do cultivo pela sua própria presença. Actualmente o cultivo ainda é feito pelos meios tradicionais, seminómadas, em que os membros da clã se movimentam na mesma região, desbravando e queimando clareiras na floresta, mudando-se quando o solo está exausto. As aldeias comunais são o método mais correcto de resolver muitos problemas — fazendo alternar as culturas em vez dos campos, trazendo facilidades sociais à po-*

*pulação rural e introduzindo a ciência e a técnica na agricultura.*

*«Temas que prever que a medida que a situação se vai desenvolvendo a mecanização será introduzida, e isto tem de se tomar em conta no planeamento das aldeias comunais, assim como o espaço de armazenamento para as colheitas, facilidades para as trocas comerciais, o fornecimento de sementes seleccionadas e adubos exactos...»*

O estado primitivo da agricultura em Moçambique tem de ser visto para se poder acreditar. Enquanto viajei milhares de quilómetros só vi duas charruas — uma puxada a cavalo, outro por gado. Era sintomático que um pedido de ajuda à ONU para ajudar o país a tornar-se auto-abastecido em alimentos, depois da imposição de sanções contra a Rodésia, não era uma lista de tractores, mas de um milhão de enxadas, 500 000 facas de mato, 200 000 foices e 100 000 pás!

Em Maticua, uma das 3 aldeias piloto que os peritos do Ministério da Agricultura ajudaram a desenhar, tudo está planeado na base da vinda, um dia, de tractores e por isso os campos chegam a atingir os 250 hectares, nivelados e limpos de pântanos. Uma brigada de fabrico de tijolos trabalhava batendo a terra húmida dentro enquanto outros tentavam secar o solo. No local marcado para a área residencial, os tijolos secos estavam a ser utilizados na construção de casas como nenhum aldeão jamais antes sonhou vir a ter — cada casa tem 4 quartos e uma sala com capoeiras atrás para os coelhos e as galinhas, e muito espaço livre entre cada casa. Nas construções foram previstas medidas para o dia em que a electricidade e a água canalizada fossem montados. E, de acordo com o decreto do Comité Central, em cada aldeia comunal foi também previsto o espaço para ser construída uma pista de aviões ligeiros ou pelo menos para um helicóptero pousar. Filas de mulheres jovens, cantando ao ritmo do trabalho, quase todas elas com os filhos às costas, capinavam de forma a duplicarem o tamanho de uma pequena horta de vegetais de um hectare onde as velhas regavam as alfaces; cenouras couves e feijões — os primeiros vegetais resultantes do seu trabalho colectivo. Os estudantes da Universidade do Maputo, discutiam planos com Inácio Muava, o responsável por toda a produção da nova aldeia, para represarem um riacho que corria aos pés das hortas de vegetais, de forma a que se processasse a irri-

gação nesta área de vegetais que cresciam rapidamente. Era evidente que a aldeia comunal da Mataca tinha tido um começo com êxito. Havia organização e entusiasmo.

De acordo com o decreto do Comité Central, a formação das aldeias comunais tem de ser voluntária, e isto significa que o sucesso das aldeias pioneiras nas antigas Zonas Libertadas será um factor crucial no estímulo da sua formação e crescimento noutros locais. É característica dos camponeses de todo o mundo a sua fraca adesão à modificação de hábitos; têm de ser convencidos pela prática ou por exemplos para decidirem a avançar mais um passo. Mas uma vez o passo dado, geralmente não há retrocesso. A ideia de libertar um país inteiro de um tipo de agricultura arcaica de desbravamento e queimadas com sementes a serem largadas dentro de buracos feitos por um pau pontagudo, para criar um país de grandes campos estáveis que cedo serão arados por tractores e helicópteros sobre o horizonte, representa um salto tremendo para o futuro. A ideia de casas com janelas, aldeias com água corrente, creches para arrancarem os filhos das costas das mães trabalhadoras, clínicas, celeiros, lojas, nem mesmo em sonhos aparecia à maioria dos camponeses de Moçambique há menos de um ano. Mas estão-se a tornar numa realidade em cerca de meia dúzia de aldeias pioneiras que indubitavelmente se tornarão pontos essenciais para as delegações de curiosos de todo o país quando começarem a funcionar. É necessário uma chefia confiante e arrojada para projectar tais empreendimentos e para os concretizar.

*«Apesar de sermos um país onde os recursos agrícolas do solo e da água são superabundantes», disse o presidente Samora Machel num discurso proferido a 25 de Outubro de 1975 «pre anunciando» o decreto sobre as aldeias comunais — «somos forçados a importar produtos agrícolas e a maioria dos nossos camponeses vive numa miséria atroz, privados das principais conquistas da Humanidade...». O decreto desenvolve este ponto e declara: «Os colonialistas conheciam esta realidade, utilizaram e agravaram o isolamento do campesinato para impedir trocas de experiência e a coordenação, a unidade do campesinato mais explorado. O facto é que, se as massas camponesas exploradas se organizarem, se viverem e trabalharem em conjunto nas aldeias comunais, podem-coordenar e unir os seus esforços, criando ba-*

*ses sólidas para o seu desenvolvimento político, social, cultural e económico — enfim, em breves palavras um melhoramento a todos os níveis nas suas condições de vida». Se os camponeses de Moçambique se convencerem disto e actuarem nesse sentido, a Frelimo ganhará uma batalha, que ficará em segundo lugar depois da luta contra os colonialistas portugueses. Um factor vital passa pelo objectivo primordial nesta etapa de formação das aldeias comunais: melhorar a dieta diária dos aldeões, ajudando-os a produzir o suficiente para que cada família tenha três refeições diárias adequadas. A próxima etapa é a de assegurar que possam receber o justo valor pelo excedente que produzam na próxima estação ou nas outras que se seguem.*

Visitei uma aldeia comunal — a uma hora de Lichianga, capital da província do Niassa — onde, objectivamente falando, o material humano era o menos prometedor. Estava inteiramente habitado por famílias que tinham fugido para o Malawi para evitarem a luta armada. A vitória convenceu-os que os organizadores da Frelimo de há uma década tinham então razão e portanto

também a deviam ter agora. As suas primeiras culturas estavam a rebentar: as plantas de girassóis, eram de má qualidade visto a estação já ir avançada quando deitaram mãos ao trabalho, mas as hortas de vegetais estavam viçosas. Uma das activistas mostrou-me orgulhosamente os molhos de couves e de alfaces excelentes de onde já outras tinham sido colhidas: *«Estas são as melhores»* disse-me ela, *«e estamos a deixá-las-espigar para o próximo ano»*. Nessa aldeia não havia muita comida e a tentação de comê-las deve ter sido forte. *«Trabalhamos todos juntos em grandes plantações, parecia-nos difícil de principio»,* disse-me ela. *«Mas os resultados foram óptimos. Estamos a comer os nossos primeiros alimentos aqui produzidos. É mais divertido, trabalhar-se em conjunto. Vemos que as dificuldades são temporárias e que a vida ser-nos-á mais fácil em cada estação que vai passando»*.

Este tipo de modificação de mentalidade justifica a confiança de Samora Machel e dos seus camaradas na direcção da Frelimo em que o programa das aldeias comunais iria deitar raízes.

# SAMORA MACHEL E A REVOLUÇÃO

Continuação da pág. 3

nossas actividades. Um exemplo: o problema das primeiras nacionalizações. Porque as fizemos? A experiência ganha no decurso da luta na direcção da Saúde pública, da Educação, da Justiça, das estruturas sociais e políticas foi conseguida através da mobilização popular pela participação do povo nas decisões e na sua execução.

«Estas experiências constituem um património precioso, algo que temos de defender para provocar, a nível nacional, a ruptura com os valores antigos, com os mitos e os hábitos, com as estruturas e com o conjunto da vida social, com a organização e com a produção herdadas da sociedade colonialista e que ainda

prevalecem entre nós. Estas experiências representam a materialização das nossas vitórias. A necessidade de organizarmos a nossa vida nas «zonas libertadas» forneceu-nos soluções concretas, que agora aplicamos aos problemas actuais nas tarefas de reconstrução nacional. A prática demonstrou-nos que podíamos resolver problemas sem as técnicas modernas, sem os grandes recursos, mas baseados nas nossas forças e na organização; em resumo apoiados em nós próprios. As experiências de organização da nossa vida nas «zonas libertadas» tiveram êxito porque demos prioridade à política. Concretamente, as nacionalizações foram possíveis dada a experiência concreta de direcção popular ganha nas «zo-

nas libertadas» (exactamente um mês após a proclamação da independência, a 25 de Junho de 1975, a República Popular de Moçambique nacionalizou os serviços médicos, a Educação, a maioria da propriedade urbana, a terra, as agências funerárias — os sectores principais da exploração que, embora não totalmente estavam nas mãos dos portugueses.

«Foi nas «zonas libertadas» que nasceu o pensamento colectivo — pensávamos colectivamente, na liderança e na tomada de decisões. A Frelimo é a materialização disto, uma vanguarda de organização. Dentro da sua estrutura, o povo foi moldado e temperado no processo da luta política e armado certo de que tudo ia de ser feito para servir os seus interesses. Este era o único critério».

Nas minhas longas viagens nas várias províncias, distritos e aldeias de Moçambique, era evidente que tudo, desde a educação básica ao desenvolvimento económico, assentava nas experiências das «zonas libertadas» e quase invariavelmente aqueles que chefiavam,

tanto a nível provincial como distrital, tinham-se graduado na escola da dura luta de libertação nacional.